

TRABALHANDO RELAÇÕES RACIAIS COM GRUPOS MULTIRRACIAIS

SILVEIRA, Sandra Beatriz Morais da – UFRGS

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Pretendo apresentar uma reflexão crítica dos resultados de uma pesquisa realizada em 2004, com um grupo de trinta e seis lideranças femininas comunitárias. Todas participaram de cursos de formação de Promotoras Legais Populares-PLPS¹, nas cidades de Canoas e Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul no período de 1996 a 2000. Neste período foi introduzido no Programa do curso, a temática das relações raciais, tanto no aspecto de construção das identidades, quanto dos mecanismos legais de combate ao racismo.

Esta foi uma experiência pedagógica desenvolvida pela organização não governamental, Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, cuja missão é a defesa e proteção dos direitos das mulheres, com entendimento de que o Direito é essencial para a conquista de justiça social.

MULHERES, LIDERANÇAS POPULARES EM ESTUDO

Neste estudo, adotei a classificação do IBGE, para definir as identidades raciais do grupo pesquisado, do total de trinta e seis PLPS, vinte e uma se autodeclararam como brancas, treze como pretas; uma como indígena; e uma não respondeu.

Mais de 40% das entrevistadas afirmaram que nunca sofreram discriminação ou racismo; no entanto, 81% afirmaram que já presenciaram casos de racismo. Cabe salientar

¹ Promotoras legais Populares é o título atribuído as mulheres lideranças sociais populares, que concluem o curso com duração mínima de oitenta horas cujo conteúdo é direito constitucional, direito de família, direitos sexuais e reprodutivos, sistema e funcionamento do judiciário, defesa e proteção dos direitos humanos das mulheres, dos negros, das crianças e adolescentes, livre orientação sexual. O primeiro curso originalmente, teve início em 1993 sob a coordenação da organização não governamental Themis- Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em Porto Alegre/RS-Brasil.

que a Lei nº.7.716 (5/1/1989) caracteriza o racismo na sociedade brasileira como crime e discrimina punições para as diferentes formas em que se manifesta este crime. Racismo,

portanto, é impedir, negar, recusar alguém de fazer algo por causa de sua cor de pele. Há muita confusão na interpretação da lei entre injúria, calúnia e difamação.

No grupo, o nível de escolaridade das mulheres negras (37% do grupo) é superior aos das mulheres não-negras, porém o exercício social do poder ocorre de forma inversa. A maioria negra possui segundo grau completo (atual ensino médio), ou estão concluindo. Observo que as negras são, em sua maioria, viúvas, com renda *per capita* até dois salários mínimos. É a maioria que continua estudando, e no nível médio. A maior incidência de participação de PLPs negras pertence ao período em que foi incluída a temática racial no Programa do curso, a partir de 1996. Em relação ao período anterior, o grupo possui apenas uma representante negra. O nível de escolaridade está assim constituído: 25% das mulheres negras possuem nível médio completo contra 17% das não-negras. Do total que afirmou ser praticante de religiões de matriz africana, 90% são negras.

Quanto às não-negras (inclui as brancas, indígenas e a que não respondeu), totalizando 63% das entrevistadas, os resultados foram: a maioria é casada; sete delas informaram que já encaminharam casos de racismo ao judiciário. Dentre estas, a maioria não possui filhos. Uma PLP possui nível superior incompleto. daquelas que afirmaram que continuam estudando, duas estão concluindo o ensino fundamental. A segunda religião preferencial entre as não-negras é a evangélica.

As mulheres negras que participaram deste estudo apresentam um perfil sócio-econômico e educacional acima da média das mulheres negras brasileiras. Em relação à média salarial, as negras estão equiparadas às não-negras. A partir dessa constatação formulei o seguinte questionamento: será que as mulheres negras, para que tenham acesso, permanência e conclusão no curso de formação de Promotoras Legais Populares/PLPs, devem estar acima da média, para poderem disputar iguais oportunidades com as não-negras?

Na análise dos dados referentes à abordagem do tema racismo, identifiquei quatro sub-grupos. Primeiro, as não-negras sensíveis, informadas; segundo, as não-negras que adotam respostas pouco concisas, que utilizam respostas telegráficas e evasivas, ou que não respondem diretamente as questões relacionadas ao tema; terceiro, as negras que buscam artifícios para não assumir sua identidade racial de matriz africana e que não respondem às questões relacionadas ao tema; e o quarto e último grupo, as negras PLPs, conscientes racialmente, interessadas em discutir e conhecer mais sobre a questão das relações raciais.

Cabe salientar que, tanto o primeiro quanto o quarto grupo, são constituídos de uma parcela pequena de PLPs, o que reflete a semelhança com as concepções que predominam na sociedade brasileira.

Cabe destacar que, na maioria dos relatos, a palavra negra ou preta, ao se referir à população negra, era substituída por “pessoas de cor”. Expressão muito utilizada no estado do Rio Grande do Sul, quando os não-negros querem se referir a uma pessoa de origem e de traços africanos, segundo a tradição popular, “sem ofender”. Esse é um mito que é necessário ser desconstruído, porque ser negro não é ofensa, uma vez que a nossa identidade racial é negra. Ao não pretender ofender, a expressão “de cor” discrimina.

As mulheres negras afirmaram ter sofrido discriminação. Informaram que a frequência com que a sofriam era: sempre, muitas vezes, diariamente, diversas vezes, levando-me a concluir que o racismo está presente no cotidiano dessas mulheres. No entanto, apenas oito casos foram encaminhados ao judiciário, no decorrer de dez anos de criação da Themis. Será que é porque a justiça, na opinião delas, não faz justiça aos casos de racismo? Quando perguntei as razões pelas quais haviam encaminhado tão poucos casos de racismo, a maioria absoluta não respondeu. Do grupo como um todo, apenas uma PLP negra encaminhou um caso de racismo ao judiciário.

Os locais apontados como os de maior frequência de práticas de discriminação são: transporte coletivo, escolas, postos de saúde, polícia militar, empresas e agências de emprego, ou seja, junto aos serviços e equipamentos sociais cuja ação, enquanto política pública básica, deveria ser extensiva a todos e a todas, universalmente.

Com exceção de uma PLP pesquisada, as demais residem em bairros e vilas da populares de Porto Alegre e Canoas. Neste aspecto aparentemente não há distinção entre negras e não-negras. Porém, ao aprofundar o estudo, observo que há diferenças relacionadas à localização das moradias em áreas com melhor infra-estrutura, com calçamento, próximas da igreja, da rua calçada, próximas da escola e/ou do posto de saúde. Além disso, a quantidade de casas em cada terreno, bem como a quantia de cômodos e número de pessoas que residem em cada moradia, são elementos que evidenciam uma diferença racial expressiva, ou seja, as negras são as que vivem em piores condições de moradia. É a chamada geografia social racial, segundo a visão de Milton Santos (1997)².

Adiante, ao analisar as ocupações por elas identificadas como profissões, vejo que as mesmas são muito variadas, mas espelham uma realidade de baixa qualificação profissional, baixos salários, a chamada desigualdade de gênero, num primeiro momento. Todas desenvolvem trabalhos voltados à prestação de serviços, relacionados ao cuidado dos outros, na limpeza, como extensão da família. São os trabalhos identificados pela ideologia patriarcalista como femininos.

Estas duas situações – a das moradias e a das profissões – mostraram o quanto é necessário aprofundar o estudo, pois somente dessa forma será possível retratar distintivamente as realidades de cada grupo racial que compõe a sociedade brasileira, mesmo entre os grupos populares.

Aqui faço um recorte para comentar como percebi o meu lugar, como negra e pesquisadora “bem sucedida”. Acredito que tenha despertado um sentimento de orgulho das mulheres negras - “Uma de nós conseguiu”. Quanto às não-negras, percebi uma relação de carinho e respeito, mesclado com um sentimento de competição. Algumas afirmavam: “Eu estou estudando; passei de semestre, estou fazendo tal curso; fui convidada para dar palestra na escola lá da vila sobre violência doméstica; fui eleita para participar da comissão estadual de coletadoras”. Porém, o grupo mostrou um esforço muito grande para participar e contribuir, com o estudo. Alguns relatos foram carregados de emoção por parte de negras e não-negras.

AS RELAÇÕES RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O estudo sobre relações raciais recai muito sobre o domínio da psicologia social, do jurídico, da antropologia e da sociologia, com ênfase nos seus aspectos históricos, sociais e políticos.

É importante destacar que pode um caso específico possuir muitas características comuns a outros exemplos similares, porém, dentro de uma categoria mais extensa do fenômeno, isto

² O conceituado geógrafo Milton Santos, analisa que o lugar recria cultura, ele o faz a partir de um cotidiano vivido de modo distinto, mas coletivamente, por todos e todas. É nesse sentido que o cotidiano territorializado ganha um novo papel.

significa que o estudo sobre relações raciais, dificilmente pode pretender ocupar uma posição homogênea enquanto manifestação do fenômeno.

Nas sociedades multirraciais, em que os grupos sociais estão hierarquizados em função de prestígio, poder e riqueza, é possível considerar o aspecto raça como um critério especial de exclusão e conseqüente estratificação. Quando se recorre, exclusivamente, às diferenças culturais como forma de identificar as diferenças entre os grupos sociais, como afirma Bergue (1971), é uma estratificação mais flexível, pois a cultura se aprende e, assim, poderíamos passar de um grupo para outro. Mas a estratificação racial representa um sistema impermeável, um caso extremo de posição social atribuída pela falta de mobilidade social.

Vejam, por mais que a mulher negra tente fugir por conta própria do lugar que lhe é destinado pela sociedade racista, ainda que resista, que conquiste avanços na área educacional e profissional, essa sociedade a mantém na posição subalterna em relação às mulheres e homens brancos, e até mesmo em relação aos homens negros.

Relações raciais, como fenômeno, merecem toda a atenção, devendo ser adequadamente estudadas, pois é o marco da construção de uma sociedade. Seus processos, estruturas sociais e conflitos manifestam-se de maneira mais aguda que outros exemplos de estratificação social, portanto, é estratégico estudar as relações raciais para análise e intervenção, mesmo que em casos específicos.

Na visão de d'Adesky (1998), é importante considerar o racismo como um fenômeno complexo que coloca em jogo mecanismos cognitivos, mas também fatores afetivos inscritos nas relações intergrupais. Muitas vezes põe em evidência a indeterminabilidade conceitual, encontrada no plano cognitivo das definições de racismo e anti-racismo.

Outro aspecto, que observei, refere-se às situações de racismo relatadas pelas não-negras. O racismo é percebido como um problema dos/as negros/as, o que pode ser visualizado através de expressões como: deles, delas.

A constituição da alteridade é o reconhecimento da outra, a partir de um nós. E exige processos cognitivos de comparação, classificação, constituição – eu sou a outra para ela e ela é a outra para mim. As PLPs não-negras, ao adotarem, mesmo que inconscientemente, a posição racial não nomeada, excluem a possibilidade de alguém se reconhecer e reconhecer a outra em termos de igualdade e semelhança.

Na visão de Edith Piza:

Atuar sobre um poder por vezes mais simbólico do que real, sobre valores aparentemente “neutros e transparentes” é um esforço igual ou talvez maior do que o que se despende para apagar nas mentes de pessoas discriminadas as marcas do preconceito, do medo, da insegurança e da desigualdade. (PIZA, 2002, p.88)

As não-negras revelam manifestações de indignação com as negras, por não se aceitarem racialmente como são, negras. Citam exemplos de artifícios utilizados por elas, para não serem identificadas como negras. O processo é entendido como responsabilidade apenas das negras e negros, não é estabelecida a relação racial com as não-negras e os não-negros. Negligenciam-se, nesse caso, os aspectos históricos do racismo.

O estudo mostra uma fiel reprodução da sociedade brasileira, como é tratada a questão das relações raciais entre negras e não-negras. Com muita restrição, é velado, é problema da outra, é do tipo “não tenho nada a ver com isso”. O número de informantes é pequeno, mas o resultado é o retrato de uma sociedade que convive e pratica o preconceito e a discriminação cotidianamente, porém nega-se a discuti-lo, conceituá-lo, repensar-se em relação a ele.

Ao analisarmos os sentimentos manifestos nos relatos das PLPs negras, é possível perceber o quanto ser negra e sofrer ações manifestas de racismo as sobrecarregam emocional e racionalmente.

Sempre que posso, busco conforto nas reflexões de Bell Hooks (1995). Ela me inspira cada vez que leio seus artigos. Entre esses, cito os fragmentos que me forneceram alento e conhecimento; primeiro, passei a adotar a expressão amor interior em vez de amor próprio, porque “próprio” é uma palavra que geralmente é usada para definir nossa posição em relação aos outros.

Segundo, afirma Hooks - “Muitas mulheres negras não têm coragem de pedir ajuda, pois isso significaria um sinal de fraqueza. Precisamos nos livrar desse condicionamento. Ter capacidade de pedir ajuda significa que temos poder.” Cada vez que buscamos ajuda nosso poder aumenta, ao invés de diminuir. Em geral, buscamos ajuda em momentos de crise. Podemos evitar a crise se reconhecermos nossa dificuldade em lidar com uma determinada

situação. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para as negras e negros. Mas, ao fazer essa escolha, muitas de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor.

Depoimentos de escravos e de escravas revelaram que sua sobrevivência estava muitas vezes determinada por sua capacidade de reprimir as emoções. A escravidão criou na população negra uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Como o racismo e a supremacia dos brancos e brancas não foram eliminados com a abolição da escravatura, a população negra teve que manter certas barreiras emocionais como uma forma de resistência. Muitas pessoas negras passaram a acreditar que a capacidade de conter emoções era uma característica positiva.

Há também um outro risco que as PLPs negras correm, a armadilha que, na visão de Fanon (1979), nada é mais sensacional do que um negro que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo dos brancos. É preciso curvar-se. É uma réplica da inclusão individual, que, de um lado, não chega a produzir nenhum desconforto racial ao grupo racialmente hegemônico ou, por outro lado, o fortalecimento do grupo dominado, no caso, a população negra.

Trabalhar na perspectiva de que o racismo se apresenta como a negação radical de uma identidade de grupo, e a negação de seu valor, ou em alguns momentos absolutiza a diferença de um grupo em relação ao outro. Essas duas definições implicam, também, duas definições de anti-racismo diferentes e mutuamente irreduzíveis: a) um anti-racismo que reivindica o direito à semelhança ou o direito de não ser diferente, ressalta o ideal de uma comunicação universal; b) um anti-racismo que leva ao incondicional respeito à diferença ou, no mínimo, a uma atitude tolerante diante das diferenças individuais e grupais; Para d'Adesky (1998), a negação por indiferenciação racial é acompanhada pela negação cultural. À população negra é negada sua história, sua língua. É o mesmo que minimiza e desvaloriza a pessoa negra na dignidade de suas heranças culturais, gerando a discriminação e a dominação cultural.

O silêncio reinante protela o contato com o racismo da sociedade e com as dores e perdas dele decorrentes, como afirma Cavalleiro (2000). Silencia o despreparo técnico e pessoal para o enfrentamento do problema, visto que a maioria aprendeu o silêncio e foi a ele condicionado na sua socialização. Negras e não-negras, silenciam, mas a posição desse

último grupo marca uma posição confortável diante do problema que diretamente não atinge. Segundo Fanon:

[...] negro, é escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos têm um comportamento neurótico. Esta desvalorização de si mantém a pessoa em estado de insegurança interior profunda, e por causa disto inibe ou falseia qualquer relação com outrem. (FANON, 1979, p.65)

É preciso desconstruir criteriosamente a falsa identidade feminina construída no patriarcalismo, e caracterizar forçosamente o projeto de tornar-se mulher. Assim como o estudo sobre a questão racial que também, nos remete à expressão de Simone de Beauvoir: tornar-se negro. Este processo de tornar-se negro, com base no enfoque da psicanalista Neusa Souza (1983) o projeto de uma identidade negra, passa pela desconstrução das representações negativas da negra, construídas socialmente por meio da ideologia do supremacismo branco.

O recurso do silenciamento e do discurso da igualdade são muito utilizados pelas PLPs. Os depoimentos e a observação feita em campo confirmaram que algumas PLPs, as quais definiram seu pertencimento racial pela cor preta, contradiziam-se quando recordavam situações de discriminação racial. Suas identidades raciais eram apresentadas de modo fragmentado, podendo isso ser notado através do recurso da negação/ocultamento, quando falavam de casos de racismo sofridos por elas negavam, quando falavam de casos de racismo presenciados, afirmavam existir.

Como afirma Fanon (1979), o negro não deve mais ser colocado frente ao dilema de tornar-se branco ou desaparecer, mas ele deve poder tomar consciência de sua possibilidade de existir. E, em alguns casos, culpando-se pelo fato de existir. Creio que a afirmação de Nilma Gomes (1996) retrata esse processo; ao se tornarem PLPs, as negras saíram do seu lugar predestinado por um pensamento racista – o lugar daquela que é mandada, que somente obedece e não pensa, sem capacidade de liderança. Passa então a ser vista como possuidora de um *status* social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal do direito.

Nesse sentido, o campo educacional possibilita discutir as representações, as identidades, as crenças, ou seja, o universo simbólico. Permite-nos, também, considerar as relações entre

técnicas e PLPs, mulheres negras e não-negras conhecimento acadêmico e popular. Desta forma, entendo que estaremos rompendo com o discurso homogeneizante.

Antes de realizar a pesquisa trabalhei com este grupo de PLPs enquanto coordenadora de programa junto à ONG – Themis. Trabalhei a questão racial com as PLPs em diversos momentos, através de oficinas, seminários, participações em cursos e painéis. Possibilitou-me estabelecer um relacionamento com o grupo, valorizando e respeitando sua diversidade, compreendendo suas histórias de vida.

A qualificação político-pedagógica deve ser exigida de toda educadora, e, sem dúvida, de toda instituição educativa. As educadoras não-negras sofrem também o efeito do racismo, portanto, não podem se furtar a um posicionamento, pois, como diz Fanon (1979), o branco não percebe que está aprisionado na sua brancura. Importante é compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de mulheres e homens negros. Qualquer sistema de diferenciação modela tanto as pessoas que se beneficiam dele quanto aquelas a quem ele oprime.

Há estudos que chamam a atenção para a necessidade de se conhecer o comportamento branco, descrevê-lo e analisá-lo, antes de se estabelecer às estratégias de intervenção no processo das relações raciais, como uma forma de evitar as decepções diante da falácia ideológica de sentir, pensar e agir num mundo racializado.

Neste estudo, adoto o conceito de branquitude, utilizado por Edith Piza (2002), que significa:

[...] ser branca, num lugar estrutural de onde o sujeito social branco vê as outras pessoas e a si mesma; numa posição de poder não nomeada, num lugar confortável e do qual se pode atribuir a outra aquilo que não se atribui a si mesma. Esta é uma experiência vivida por muitas mulheres brancas, ao representarem nada além de suas próprias individualidades. (PIZA, 2002, p.71)

Na visão de Edith Piza (op. cit.), lugar de raça é o espaço de visibilidade da outra pessoa, enquanto sujeito na relação, na qual a raça define os termos desta relação. O lugar da negra

é o seu grupo como um todo, enquanto uma branca é representatividade apenas de si mesma.

Uma PLP não negra, ao responder se o curso tinha colaborado para a construção de identidades raciais respondeu assim: *Sra. Larissa – “Sim, o curso colaborou muito, pois agora posso ajudar as pessoas em sua identificação de raça”*. Ela não se vê nesta relação racializada; a raça está muito associada com preconceito e discriminação. Trata-se da intensa visibilidade da cor aliada aos estereótipos sociais de umas pessoas e à neutralidade racial de outras.

A discussão e o estudo sobre branquitude das relações raciais no Brasil são muito incipientes, mas percebo que existe neles uma preocupação imediata de que não seja produzido um racismo negro contra o branco. Fica explícita no discurso a preocupação com as conseqüências, ou seja, para que as relações não se tornem conflituosas.

No imaginário social brasileiro, a identidade de origem africana é intimamente ligada às idéias de escravidão, trabalho braçal, inferioridade intelectual, atraso tecnológico, falta de desenvolvimento estético, moral e lingüístico, já que as línguas africanas são tidas como “dialetos”.

Trabalhar com um projeto pedagógico anti-racismo exige uma estratégia mais ampla do que o conteúdo programático do curso; muitas foram as sugestões do grupo de como trabalhar as relações raciais no curso: campanhas, materiais didáticos específicos para serem trabalhados junto as comunidades e no Serviço de Informação à Mulher -SIM; que o tema deveria ser transversalizado com os demais temas do curso, assim como a categoria gênero. Que o tema não ficasse reduzido apenas a uma parcela de um módulo do curso. Fazer um levantamento prévio de como está situação racial em cada região antes de começar a discutir no curso.

O APRENDIZADO CONTINUO

A prática pedagógica anti-racista exige investigação sobre as idéias que temos sobre a questão racial, numa forma de repensar criticamente nossas posições sobre temas polêmicos como racismo. É necessário tratar o tema não de forma episódica, mas através de estudos, debates e discussões permanentes sobre a superação branca para entender o racismo. Como

vamos ensinar o que não conhecemos e não acreditamos? Como pretendemos mudar a realidade se não formos capazes de colocar em questão nossos velhos discursos e práticas? Não basta ter uma prática pedagógica voltada para grupos populares, para se saber qual o projeto político da experiência. É preciso questionar, avaliar, fazer uma análise crítica da função social e educativa da experiência. Seus objetivos, métodos, materiais, a formação das/os educadoras/res. Afinal, seu comprometimento é com qual projeto político? É com a manutenção, a reforma ou a mudança?

Os/as professores/as do curso que abordavam a questão racial o faziam na perspectiva jurídica; esta pode significar uma boa estratégia, já que a história oficial ainda nega a positividade da participação da população negra na sociedade. Considerando que a missão da ONG, está basicamente focalizada no direito enquanto instrumento de promoção de justiça social, entendo que temas como exclusão e cidadania deveriam fazer parte do programa do curso, como forma de colaborar na reflexão crítica da realidade em que estamos inseridas.

A educação deve ser compreendida como um estandarte de luta, visando não apenas a inclusão de todos/as as pessoas, mas atender a seus interesses enquanto grupo popular na sua diversidade e especificidade. Conviver com a diversidade, o conflito, a contestação, a dúvida e o riso daquelas que, mesmo sem serem reconhecidas como intelectuais, pensam sobre o que lhes acontece e participam ativamente do processo de produção dos significados sociais. Muitas vezes esse processo de pensamento permanece velado ou reprimido, porque não foram ligados os canais de comunicação para que as mulheres fossem ouvidas.

Ao fazer uma opção social pela prática pedagógica, no sistema educacional mais amplo do que o espaço escolar entendo que precisamos ter ciência de que esta vai de encontro à visão liberal e humanista de sociedade, que apregoa a individualização meritocrática.

A lição que a abordagem afrocentrada pode nos levar a propor uma ação e uma reflexão baseadas no policentrismo crítico. Trata-se do esforço de aprofundar a matriz de cada grupo que comparece à mesa do multiculturalismo, mediante uma abordagem centrada, de forma a capacitar seus sujeitos para o exercício de um intercâmbio pleno. Esse exercício implica na articulação da crítica ao etnocentrismo ocidental e à hegemonia da brancura.

Na visão de Elisa Nascimento:

A intercomunicação cultural só será possível na medida em que o equilíbrio centrado e a disponibilidade dos referenciais necessários possam dar sustentação à busca, pelos grupos excluídos, marginalizados ou considerados de baixa estatura. (NASCIMENTO, 2003, p.110)

Como afirma Arroyo (1991), não é possível ensinar participação, desalienação e libertação enquanto grupo social excluído, com os mesmos livros didáticos, os mesmos conteúdos e metodologias, a mesma relação pedagógica com que ensinaram a ignorância e a submissão. A experiência em estudo possui uma importância fundamental, devido os alertas que nos traz sobre as saídas limitadas, ou becos sem saídas, que projetos dessa natureza possam apresentar. Se pudermos contribuir com os nossos conhecimentos para que os movimentos dos quais participamos possam perceber mais explicitamente suas contradições e possibilidades de avanços, estaremos responsabilmente contribuindo com o avanço de suas lutas e reivindicações, como analisa Ribeiro (1998). O que observo é que a contradição está presente nas relações e práticas dos sujeitos sociais fazendo, com que ora avancem, ora recuem, dividam, se unam, se enfrentem. Nessa trajetória afirma Ribeiro:

[...] e os iguais descobrem suas diferenças, e os diferentes encontram sua igualdade, descolando-se da unidade arbitrária e, aos poucos, vão tentando reaprender os vínculos com a unidade provisória, construída a partir de interesses comuns, não de uma categoria abstrata, imposta. (RIBEIRO, 1998, p.67)

Como bem salientou Frantz Fanon (1979), os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm hoje de assumir a culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles e elas a responsabilidade moral, política e social de combater o racismo e as discriminações, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem – os negros e as negras –, construir relações raciais e sociais igualitárias, em que todos e todas se realizem enquanto seres humanos, cidadãos e cidadãs de direito.

Como afirma Silveira :

Se a globalização produz o sentimento de globalização da discriminação e das semelhanças de suas conseqüências nefastas, por outro lado, cresce dialeticamente o sentimento estratégico da articulação em termos de redes de denúncia, de mobilização em nível local, nacional e internacional.

(SILVEIRA, 2002, p. 26)

As pedagogias de combate ao racismo e à discriminação, elaboradas com o objetivo de educação das relações raciais, precisam estar atentas para que todos e todas, negros/as e não-negros/as, além de terem acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida, à sociedade, ao exercício profissional competente, recebam formação que os/as capacitem para forjar novas relações raciais.

Importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz européia, por um africano, mas sim de ampliar o foco para abarcar a diversidade cultural, racial e social brasileira. Entre outras ações, coloca-se a necessidade de fortalecer identidades e direitos de todas as pessoas, o que significa combater a privação e a violação de direitos; valorizar a oralidade, a corporeidade e a arte; propiciar a educação patrimonial, e, principalmente, criar condições efetivas para a igualdade básica enquanto pessoas humanas, portanto, enquanto sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que, nestes cinco anos de experiência, o curso contribuiu para a sensibilização do grupo, porém não aprofundou muito sobre a questão racial. Colaborou, em princípio, com o resgate e valorização individual das PLPs negras.

Observo nos depoimentos que o resultado do curso causou muito impacto sobre as pessoas, principalmente nas mulheres negras. Mas, ainda falta a elas o salto para consciência crítica da ação transformada em práxis. O grupo demonstrou pouco conhecimento conceitual sobre o tema, mas as respostas em forma de exemplo, não deixavam dúvida de que elas sabiam o que é racismo, como o fenômeno acontece e é reconhecido por elas.

É essencial articular o estudo com a intervenção social, acima de tudo com paixão, pois é a partir dessa articulação que as pessoas são movidas. É dessa articulação que nasce a compreensão, o compromisso, criando sentido de vida entre aquilo que fazemos, aquilo que estudamos e aquilo que amamos.

Acredito na responsabilidade social de instituições como ONGs, e Universidades, que, juntas, podem realizar articuladamente o enfrentamento no combate ao racismo que atinge a todas e todos os brasileiros.

Principalmente quando estamos trabalhando com pessoas diversas, com uma prática educativa democrática, inclusiva e antidiscriminatória, que exige, entre outros aspectos, trabalho em equipe, com educadoras profissionais e comprometidas ética e politicamente com a mudança da realidade econômico-social produtora da desigualdade que assola nossa sociedade.

Entendo que estudar as relações raciais e de gênero, sob a ótica dos grupos populares, requer, curiosidade profissional e maturidade política, gostar do diferente e se perceber enquanto tal, numa relação de interação com a outra ou outro. É essencial que se recorra às diversas áreas do conhecimento, pois este é um problema social e político que exige um conhecimento e uma prática estratégicos, para que possamos intervir conscientemente nele. Do contrário, entendo que podemos ficar apenas no entendimento e no trato das conseqüências. O racismo é um fenômeno complexo que exige estudo, reflexão, conhecimento e intervenção numa perspectiva de intersecção com gênero e classe social.

É impossível pensar a questão racial no Brasil, sem estabelecer uma relação racializada entre todas as pessoas envolvidas na experiência. Inclusive para dar visibilidade quanto ao lugar que cada uma ocupa nesta hierarquia racial, em que a hegemonia racial é branca; somente assim é possível começarmos a trabalhar numa prática educativa verdadeiramente antidiscriminatória.

O sistema educacional está para além do equipamento social escola; ele possui inúmeros outros espaços igualmente importantes, necessários e capazes de contribuir na conquista de uma sociedade mais justa, onde ONGs tenham assento garantido.

Quanto às Promotoras Legais Populares, entendo que a experiência do curso, a convivência entre elas e com a equipe da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, contribuiu para introduzi-las nessa realidade das relações raciais, dando início ao processo de

percepção identitária das mulheres negras, principalmente. Ao ser introduzida essa questão no curso, provocou, na própria instituição, reações e alguns momentos de estranhamento, mal-estar, contradição teórico/prática, os quais fizeram ressurgir sentimentos de compaixão e de tensionamento. Porém todas esses aprendizados só terão um sentido efetivamente pedagógico se forem acompanhados de uma sistemática reflexão individual e coletiva. Penso, assim, que nossas ações deverão ser sempre um ato de práxis.

Trabalhar com identidades significa repensar o dinamismo desse processo que atinge a todas as pessoas, pois estamos em constante processo de construção na interação com o/a outro/a. Por elas nos modificamos e nos as modificamos. A construção desse novo marco civilizatório que garanta o respeito, o acesso igual na defesa e preservação dos direitos e nas relações entre grupos sociais diversos, implica num movimento, inicialmente de desejo no campo individual, que passa a adquirir força e significado de mudança quando a ação tornar-se cotidianamente coletiva.

Trabalhar em uma perspectiva de um projeto pedagógico antidiscriminatório e anti-racista especificamente requer não apenas desejo, mas compromisso de continuidade, avaliação, que possibilite detectar, observar as reais mudanças causadas com a intervenção nessa questão a partir da ação. Do contrário, afirma Freire (1974) poderá ser transformado num projeto de cunho liberal, e/ou assistencial, no campo dos direitos humanos, em que todas as pessoas “são iguais” discursivamente, sem que os privilégios, sejam alvo de debates, discussões e de reconstruções.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARROYO, Miguel. (Org.). **Da escola carente à escola possível**. Coleção Educação Popular, nº. 08, São Paulo: Loyola, 1991, p.183.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000, p.110.

- BERGHE, Pierre L. Van Den. **Problemas raciais**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1971, 236 p.
- D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Estudos Afros - Asiáticos.(33) Rio de Janeiro: setembro, 1998, p.71-85.
- FRANTZ, Fanon. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 134p.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 123p.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. In: Cadernos Pagu: raça e gênero - Núcleo de Estudos do Gênero, São Paulo: UNICAMP, 1996, p.67-82.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.464-478, 1995. Dossiê Mulheres Negras, Editora UNIVERSIDADE/UFRJ.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor. Identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003, p.412.
- PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. P.59-90. In: **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- RIBEIRO, Marlene. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais**. In: Serviço Social & Sociedade, Nº. 58, Nov.1998, São Paulo: Cortez, p.41-71.
- SILVEIRA, Sandra Beatriz Morais. **Na defesa dos direitos humanos e combate ao racismo**. In: Caminhos para a igualdade nas relações raciais. Porto Alegre: Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 2002, p.15-28.
- SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiros em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 88p.

